



**PATRIMÔNIO SEPARADO DA  
SÉRIE 247ª – 1ª EMISSÃO – IF Nº 21F1037235**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Findo  
em 30 de setembro de 2022.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Investidores do  
Patrimônio Separado da Série 247ª da 1ª emissão - Código – IF Nº 21F1037235  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da Série 247ª da 1ª emissão - Código – IF Nº **21F1037235** (“Patrimônio Separado”) emitido pela Habitasec Securitizadora S.A. que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 14.430/2022, e também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021 para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme nota explicativa nº 2.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 14.430/2022 e Resolução CVM nº 60/2021, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade.

Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **1- Lastro dos direitos creditórios (Nota explicativa nº 3 e 4)**

O Patrimônio Separado em 30 de setembro de 2022 possui saldos relevantes de direitos creditórios, detidos pelo Patrimônio Separado e, pelo fato de não existir uma câmara de liquidação ou um mercado organizado de direitos creditórios no país, por meio do qual seja possível efetuar o controle da custódia de acordo com as negociações efetuadas, consideramos a verificação da existência dos lastros dos direitos creditórios como um assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) Conciliação contábil da carteira;
- (ii) Recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e outras condições acordadas contratualmente;
- (iii) Validação da existência, em uma base amostral, dos documentos que comprovam os lastros desses direitos creditórios;
- (iv) Análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado;
- (v) Confirmação de advogados.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos dos direitos creditórios no tocante à sua existência, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2022.

#### **Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras**

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei 14.430/2022 e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

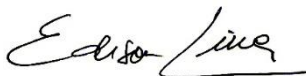
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

#### **Auditoria do exercício anterior**

As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da Série 247ª da 1ª emissão - Código – IF Nº **21F1037235** (“Patrimônio Separado”) emitido pela Habitasec Securitizadora S.A. para o exercício findo em 30 de setembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 27 de dezembro de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras

São Paulo, 23 de dezembro de 2022.

**MOORE MSL LIMA LUCCHESI**  
**Audidores e Contadores**  
**CRC2SP019874/O-3**



**Sócio - Edison Pereira Lima**  
**Contador - CRC1SP114.180/O-5**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>30/09/2022</b>	<b>30/09/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.405</b>	<b>1.229</b>
Caixa e equivalentes de caixa		688	617
Direitos creditórios		717	612
Operações sem aquisição substancial de risco	4	717	612
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.651</b>	<b>8.379</b>
Direitos creditórios		7.651	8.379
Operações sem aquisição substancial de risco	4	7.651	8.379
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.056</b>	<b>9.608</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Em milhares de reais)**

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>30/09/2022</b>	<b>30/09/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>713</b>	<b>611</b>
Captação de recursos		713	611
Obrigações por emissão de CRI	5	713	611
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.343</b>	<b>8.997</b>
Captação de recursos		7.651	8.376
Obrigações por emissão de CRI	5	7.651	8.376
Outras obrigações			
Participação residual do cedente	6	692	621
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9.056</b>	<b>9.608</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
<b>RECEITAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>			
Juros e atualização de recebíveis		1.025	271
<b>DESPESAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>			
Juros e atualização de CRI		<u>(1.025)</u>	<u>(267)</u>
<b>RESULTADO BRUTO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>		-	4
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Custos da operação	7	(116)	(214)
Prestadores de serviços	8	(15)	(106)
Outras despesas administrativas		(23)	(2)
Despesas tributárias		(6)	-
Resultado financeiro	9	50	5
Resultado de operações sujeitas ao regime fiduciário	10	<u>110</u>	<u>313</u>
		-	(4)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO**  
**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de carteira	2.690	671
Pagamento de amortização e juros de CRI	(1.648)	(280)
Subscrição de CRIs	-	9.000
Pagamento de impostos	(12)	(14)
Pagamentos a fornecedores	(139)	(303)
Liberação de excedente	(861)	(183)
Pagamento de cessão	-	(8.274)
Pagamentos de despesas diversas	(9)	(5)
Receitas financeiras	70	7
Despesas financeiras	(20)	(2)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>71</b>	<b>617</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>71</b>	<b>617</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	617	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	688	617
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71</b>	<b>617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

## **1. Contexto operacional**

A HABITASEC SECURITIZADORA S.A (“Emissora”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007, sendo seus atos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de dezembro de 2007.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis e em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022 e da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, a Habitasec constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) aos quais se referem as demonstrações financeiras ora disponibilizadas, relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2022.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

a) Datas de início e término da emissão

Início em 14/06/2021

Término em 23/07/2030

b) Sumário das operações efetuadas

Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliário do segmento residencial.

c) Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios

A operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o curso.

d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

e) Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o exercício

Aval, Alienações Fiduciárias de Quotas, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Fundo de Reserva.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

## **2. Base de preparação**

As informações anuais individuais do Patrimônio Separado foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados (nota 3), de acordo com os requerimentos do art. 50 da Resolução CVM 60, de 23 de dezembro de 2021, com o Ofício CVM/SIN/SNC 02/2019 e com a Instrução CVM 489 no que se refere aos instrumentos financeiros referentes aos Certificados de Recebíveis.

A emissão das informações anuais individuais foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 30 de setembro de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação: estas informações anuais individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das informações anuais individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

## **3. Principais práticas contábeis aplicáveis aos patrimônios separados**

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão abaixo, aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

### **b) Ativos financeiros não derivativos**

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos e do modelo de negócios do Patrimônio Separado, os quais são classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Emissora baixa um ativo financeiro relacionado ao Patrimônio Separado, se for o caso, quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)*

Representados por aplicações financeiras e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

São representados por direitos creditórios, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Passivos financeiros não derivativos

São representados substancialmente por obrigações por emissão de Certificados de Recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

d) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

e) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

f) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

*Ativos financeiros*

O Patrimônio Separado reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos e ao Patrimônio Separado de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Patrimônio Separado espera receber).

#### *Ativos não financeiros*

O valor contábil dos ativos não financeiros do Patrimônio Separado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

#### g) Resultado

##### *Receita de Títulos e Valores Mobiliários*

É formada pelo montante de juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas, entre outras) auferidas nas carteiras de recebíveis imobiliários.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômicos financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

##### *Despesa de Títulos e Valores Mobiliários*

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas nos Certificados de Recebíveis emitidos, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses certificados.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

##### *Resultado das operações sujeito ao regime fiduciário*

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos Certificados de Recebíveis e a legislação tributária, representando a destinação do resultado apurado no período, para

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

composição dos valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar as expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

h) Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência do disposto na legislação tributária vigente, a tributação dos eventuais resultados do Patrimônio Separado é realizada em base consolidada com os resultados registrados pela Emissora. Nesse sentido, não são evidenciados gastos relacionados à tributação a título de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

i) Informação por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento - que é equivalente ao IFRS 8 – Segmentos Operacionais. O CPC 22 é mandatório para as demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que o Patrimônio Separado opera com um único segmento securitização de Certificado de Recebíveis e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

j) Crédito tributário

O imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras do Patrimônio Separado é classificado como antecipação e compensado pela Emissora na apuração do seu imposto devido.

**4. Informações sobre os direitos creditórios - certificado de recebíveis**

Representam valores de operações de aquisição de certificado de recebíveis, efetuadas de acordo com a Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, que dispõe, entre outros, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada.

Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de Certificado de Recebíveis emitido nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**(Em milhares de reais)**

a) Descrição dos direitos creditórios imobiliários:

Emissão lastreadas em Cédulas de Crédito Imobiliário, representativas de direitos creditórios imobiliários decorrentes das Contratos de Compra e Venda (Recebíveis), vinculados ao regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, sendo a 247ª série da 1ª emissão da Companhia, sob registro IF 21F1037235, emitidas por Bussolaro Empreendimentos Ltda.

b) Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, que considera o valor nominal dos direitos creditórios ajustado a valor presente, utilizando a taxa de retorno da cessão de crédito:

*Direitos creditórios a vencer*

Faixas	30/09/2022	30/09/2021
Até 30 dias	81	78
De 31 a 60 dias	63	53
De 61 a 90 dias	51	49
De 91 a 120 dias	48	41
De 121 a 150 dias	60	50
De 151 a 180 dias	64	63
Acima de 180 dias	8.001	8.657
<b>Total</b>	<b>8.368</b>	<b>8.991</b>

Essa operação não possui créditos vencidos ou inadimplentes nas datas de 30/09/2021 e 30/09/2022.

c) Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício

Na análise da Securitizadora, não há provisão a ser constituída para os ativos vinculados ao patrimônio separado.

d) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

Aval, Alienações Fiduciárias de Quotas, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Fundo de Reserva.

e) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Os procedimentos de cobrança adotados pela Securitizadora têm início após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo de pagamento previsto dos CRI, buscando a melhor performance de liquidez do patrimônio separado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**(Em milhares de reais)**

- f) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Não ocorreram eventos de pré-pagamento nessa série.

- g) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios

A Securitizadora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de certificados de titularidade dos investidores.

## 5. Informações sobre o passivo da emissão - recursos de Certificados de Recebíveis

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de Certificados de Recebíveis. Os Certificado de Recebíveis são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários e constituem promessa de pagamento em dinheiro.

Os Certificados de Recebíveis emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora.

A totalidade dos títulos emitidos vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

- a) Características da(s) série(s) da presente emissão

Série 247ª (série única)

Quantidade emitida: 9.000 (nove mil)  
Prazo de vencimento na emissão: 3.326 dias  
Valor global da série na data da emissão: R\$ 9.000  
Valor nominal unitário na data da emissão: R\$ 1  
Taxa de juros efetiva: 12,50% a.a.  
Indexador de atualização: IPCA  
Periodicidade de Indexação: Mensal  
Cronograma de amortização:

Ano	Amortização R\$
2023	713
2024	773
2025	872
2026	979
2027	1.101

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)

2028	1.237
2029	1.395
2030	1.294
<b>Total</b>	<b>8.364</b>

b) Principais direitos políticos a cada classe de certificados

Aos investidores cabe o direito de voto, onde cada Certificado de Recebíveis corresponde a um voto e poderá ser admitida a constituição de mandatários desde que observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404/1976.

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a RESOLUÇÃO CVM Nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018.

Dentre as principais disposições desta resolução estão os seguintes tópicos, referente à Assembleia especial de investidores:

- . Competência da assembleia: Deliberações que competem privativamente à assembleia especial de investidores;
- . Convocação e instalação da assembleia especial de investidores;
- . Deliberações da assembleia especial de investidores;

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia especial de investidores, serão excluídos os Certificados de Recebíveis que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em cálculo do quórum de deliberação da Assembleia especial de investidores.

c) Sumário das principais deliberações de assembleia especial de investidores durante o exercício

Em 04 de outubro de 2021 houve Assembleia Especial de Investidores para que deliberou: (i) Aprovar a exclusão do operacional estabelecido nos Documentos da Operação com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, onde havia sido determinada a divisão automática, por meio do sistema de boletagem, dos valores pagos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, a serem direcionados à Conta Centralizadora e dos valores a serem devolvidos às Respektivas Fiduciantes, conforme cláusula 3.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) Sendo aprovado o item (i) acima, em que pese a relação de Direitos Creditórios cedidos à operação permanecer a indicada no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária, aprovar a inclusão do novo operacional para divisão dos valores pagos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, devendo ser estabelecido o entendimento de que (a) 100% dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios de titularidade das Cecconi e Bussolaro Ltda. EPP e Prime Empreendimentos Imobiliários Ltda., figurando como fiduciantes no Contrato de

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

Cessão Fiduciária, deverão ser direcionados à Conta Centralizadora; e (b) 100% dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios de titularidade da Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. deverão ser direcionados à conta corrente no Banco Sicoob, agência 4595, conta nº 97121-6 ou à conta corrente no Banco Bradesco S/A, agência 0124, conta nº 66617-3, ambas de titularidade da Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (“Contas Vinculadas”), sendo certo que a nova boletagem, incluindo no caso de carnês já emitidos, deve ser concluída em até 60 (sessenta) dias corridos contados desta data. (iii) Sendo aprovado o item (ii) acima, aprovar para que, com relação ao item (a), após o recebimento de 100% dos recursos na Conta Centralizadora, a Fiduciária retenha os recursos oriundos dos Contratos de Venda e Compra nos percentuais da participação societária detida pela Devedora na Cecconi e Bussolaro Ltda. EPP e Prime Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme indicado no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, figurando como fiduciantes no Contrato de Cessão Fiduciária, e os demais recursos oriundos dos referidos Contratos de Venda e Compra sejam direcionados para a respectiva fiduciante; e, com relação ao item (b), a Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda se compromete a efetuar o direcionamento dos recursos oriundos dos Contratos de Venda e Compra nos percentuais da participação societária detida pela Devedora na Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. à Conta Centralizadora em até 2 (dois) Dias Úteis contados da disponibilidade dos referidos valores na conta da referida Fiduciante. (iv) Sendo aprovado o item (iii) acima, aprovar para que, com relação ao item (a) seja estabelecida, nos Documentos da Operação, uma nova Ordem de Prioridade de Pagamentos, que deverá respeitar o disposto na cláusula abaixo; com relação ao item (b) fica ajustado que a boletagem, para os referidos Direitos Creditórios, deverá respeitar a inclusão do trecho indicado na cláusula 3.6.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, indicando, como conta de destinação dos recursos, a Conta Vinculada: (conforme Ata)(v) Caso sejam aprovados os itens (i) ao (iv) acima, aprovar a inclusão do fator de risco, no Termo de Securitização, conforme indicado abaixo: “Risco pelo direcionamento de alguns Direitos Creditórios à Conta Vinculada, de titularidade da fiduciante. tendo em vista que 100% dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios de titularidade da Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda serão destinados para a Conta Vinculada, ocasionará um risco adicional à operação, pelo fato da referida Conta Vinculada ser de titularidade e movimentação exclusiva da Villa Toscana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., o que acarreta uma fragilidade com relação ao controle e apuração dos valores recebidos, bem como poderá gerar maior possibilidade de impactar negativamente a operação caso seja decretada a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Villa Toscana Empreendimentos SPE Ltda.”(vi) Aprovar a alteração com relação à definição de “Direitos Creditórios”, para que passe a ser adotada a redação abaixo: (conforme Ata) (vii) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para a celebração dos documentos que se façam necessários para a efetivação das deliberações tomadas nesta Assembleia Especial de Investidores , inclusive providenciar os aditamentos aos Documentos da Operação por meio de contratação de assessor legal, conforme proposta indicada no Anexo II da presente ata de Assembleia Especial de Investidores .

Em 26 de abril de 2022 houve Assembleia Especial de Investidores que deliberou: (i) Aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado da CCB e, conseqüentemente, dos CRI, conforme previsto na cláusula 8.1, inciso “vi” da CCB, em razão do não cumprimento pelas Fiduciantes do disposto na cláusula 3.6.2 do Contrato de Cessão Fiduciária;(ii) Sendo

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.**

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão  
Série 247ª – IF 21F1037235  
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)  
(Em milhares de reais)**

aprovado o item (i) acima, aprovar concessão de prazo adicional para o cumprimento do disposto na cláusula 3.6.2 do Contrato de Cessão Fiduciária exclusivamente para os empreendimentos Villa Toscana, Jardim Itália 1 e Jardim Roma, da seguinte forma: (i) para início da homologação o período entre 15 de abril de 2022 e 19 de abril de 2022; (ii) para término da homologação e testes o período entre 10 de maio de 2022; e (iii) prazo final para cumprimento do disposto na cláusula 3.6.2 do Contrato de Cessão Fiduciária, o dia 31 de maio de 2022; (iii) Aprovar a alteração do operacional estabelecido nos Documentos da Operação com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, previsto na cláusula 3.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária e na cláusula 9.2.1 do Termo de Securitização, onde havia sido determinada a divisão automática, por meio do sistema de boletagem, dos valores pagos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, a serem direcionados à Conta Centralizadora e dos valores a serem devolvidos às respectivas Fiduciárias; (iv) Sendo aprovado o item (iii) acima, em que pese a relação de Direitos Creditórios cedidos à operação permanecer a indicada no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária, aprovar o novo operacional para divisão dos valores pagos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, devendo ser estabelecido o entendimento de que: (a) em relação aos empreendimentos Villa Toscana, Jardim Itália 1 e Jardim Roma, os pagamentos feitos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, serão automaticamente divididos, de maneira que somente os recursos correspondentes aos Direitos Creditórios sejam destinados à Conta Centralizadora e os demais recursos oriundos dos Contratos de Venda e Compra sejam direcionados para a conta da respectiva Fiduciária (split payment), conforme percentuais determinados no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) em relação ao empreendimento Jardim Itália 2, os pagamentos feitos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra serão depositados em conta de titularidade da Cecconi e Bussolaro Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.615.891/0001-23, e semanalmente, os recursos provenientes dos Direitos Creditórios, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos pagamentos feitos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra deverão ser direcionados pela Cecconi e Bussolaro Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.615.891/0001-23, à Conta Centralizadora de titularidade da Securitizadora de nº 12.346-8, mantida na agência nº 7307 do Banco Itaú Unibanco S.A (Banco nº 341); (v) Caso sejam aprovados os itens (i) e (ii) acima, aprovar a inclusão do fator de risco, no Termo de Securitização, conforme indicado abaixo: “Risco pelo direcionamento dos pagamentos feitos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra, no que se refere ao empreendimento Jardim Itália 2, objeto de Cessão Fiduciária. Tendo em vista que, em relação ao empreendimento Jardim Itália 2, os pagamentos feitos pelos Adquirentes, em decorrência dos Contratos de Venda e Compra serão depositados em conta de titularidade da [●], e semanalmente, os recursos provenientes dos Direitos Creditórios, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos pagamentos feitos pelos Adquirentes em decorrência dos Contratos de Venda e Compra serão direcionados pela Cecconi e Bussolaro Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.615.891/0001-23 à Conta Centralizadora de titularidade da Securitizadora, ocasionará um risco adicional à operação, pelo fato da referida conta bancária ser de titularidade e movimentação exclusiva da Cecconi e Bussolaro Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.615.891/0001-23, o que acarreta uma fragilidade com relação ao controle e apuração dos valores recebidos, bem como poderá gerar maior possibilidade de impactar negativamente a operação caso seja decretada a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Cecconi e Bussolaro Ltda –

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**(Em milhares de reais)**

EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.615.891/0001-23”. (vi) Aprovar a alteração da definição de “Direitos Creditórios” nos Documentos da Operação, para que passe a ser adotada a redação abaixo: (Conforme Ata); (vii) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para a celebração dos documentos que se façam necessários para a efetivação das deliberações tomadas nesta Assembleia Especial de Investidores, inclusive providenciar os aditamentos aos Documentos da Operação por meio de contratação de assessor legal, conforme proposta indicada no Anexo II da presente ata de Assembleia Especial de Investidores.

## 6. Participação residual do cedente

Representado pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa pela diferença entre o valor dos demais ativos e dos passivos atualizados do Patrimônio Separado.

Em 30 de setembro de 2022 a participação residual do cedente apresentava o seguinte valor:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	688	617
Demais ativos atualizados	8.368	8.991
Passivos atualizados	<u>(8.364)</u>	<u>(8.987)</u>
	<b>692</b>	<b>621</b>

## 7. Custos da operação

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta com os serviços relacionados a seguir:

<b>Serviços</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Forma de Remuneração</b>	<b>30/09/2022</b>	<b>30/09/2021</b>
Emolumentos da B3	Brasil Bolsa Balcão	Registrador	Mensal	(1)	(3)
Escrituração de CRI	Itaú Corretora de Valores S/A	Escriturador	Mensal	(1)	-
Gestão de operações	Habitasec Securitizadora S/A	Gestor	Mensal	(49)	(12)
Estruturação	Habitasec Securitizadora S/A	Estruturador	Eventual	-	(68)
Distribuição	Habitasec Securitizadora S/A	Coordenador líder	Eventual	-	(11)
Administração de carteira	Arke Serv Adm e Rec de Crédito Ltda	Administradora	Eventual	(40)	(78)
Agente fiduciário	Vórtx DTVM Ltda	Fidúcia	Anual	(20)	-
Agente fiduciário	Vórtx Serv Fiduciários Ltda	Fidúcia	Anual	-	(19)
Implantação	Vórtx Serv Fiduciários Ltda	Fidúcia	Eventual	-	(12)
Custódia	Vórtx DTVM Ltda	Fidúcia	Anual	(5)	-
Custódia	Vórtx Serv Fiduciários Ltda	Fidúcia	Anual	-	(5)
Registro	Vórtx Serv Fiduciários Ltda	Fidúcia	Eventual	-	(6)
				<b>(116)</b>	<b>(214)</b>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a Lei 14.430/2022.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão**  
**Série 247ª – IF 21F1037235**  
**(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)**  
**(Em milhares de reais)**

#### 8. Prestadores de Serviços

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Serviços de honorários advocatícios	(15)	(94)
Serviços de engenharia	-	(12)
	<u>(15)</u>	<u>(106)</u>

#### 9. Resultado financeiro

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Receita de aplicações financeiras	70	7
Floating	(18)	(1)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Multa e Juros	(1)	-
	<u>50</u>	<u>5</u>

#### 10. Resultado de operações sujeitas ao regime fiduciário

Conforme orientação do Ofício nº2/2019/CVM/SIN/SNC, item II, a operação de securitização deve ter resultado igual a zero. A presente conta demonstra o valor (a maior ou a menor), que deve ser considerado para que a orientação do mencionado ofício seja cumprida. Uma vez que essa operação apresenta regime fiduciário e coobrigação por parte do tomador, o valor positivo significa que a operação gerou excedente para seu tomador.

#### 11. Classificação de risco da emissão

Não foi contratada classificação de risco para esta emissão.

#### 12. Relacionamento com os auditores independentes

A Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa Moore MSL Lima Lucchesi Auditores e Contadores, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

#### 13. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022, quer vinculados a situações eventualmente existentes antes, ou que tenham surgido após a data de levantamento dessas demonstrações financeiras.

#### 14. Outras informações

Não foram identificadas outras informações relevantes, além daquelas já divulgadas, ao completo entendimento dessas demonstrações financeiras.